SEÇÃO TEMÁTICA: EDUCAÇÃO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

EDUCAÇÃO & realidade

Antonietas e Abdias: ações afirmativas para negros/as e internacionalização na Pós-Graduação Brasileira

João Matheus Acosta Dallmann[I]
Joana Celia dos Passos[I]

[I]Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC – Brasil

RESUMO – Antonietas e Abdias: ações afirmativas para negros/as e internacionalização na Pós-Graduação Brasileira. Este artigo analisa a internacionalização na pós-graduação brasileira a partir das políticas de ações afirmativas, com destaque para o Programa Abdias do Nascimento. Argumenta-se que tais iniciativas representam não apenas oportunidades de mobilidade acadêmica, mas também práticas de reparação histórica e enfrentamento ao racismo epistêmico. O texto discute a relevância da amefricanidade como chave interpretativa e apresenta o projeto de cooperação entre a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como experiência de internacionalização crítica. A circulação internacional de estudantes negros, indígenas e quilombolas não é mera inserção em redes globais, mas gesto político que reinscreve trajetórias historicamente silenciadas no centro da produção científica.
Palavras-chave: **Internacionalização. Ações Afirmativas. Amefricanidade. Decolonialidade. Programa Abdias Nascimento.**

ABSTRACT – Antonietas e Abdias: affirmative action for black students and internationalization in Brazilian Graduate Education. This article examines the internationalization of Brazilian graduate education through the lens of affirmative action policies, with particular attention to the Abdias do Nascimento Program. It argues that such initiatives constitute not only opportunities for academic mobility but also practices of historical reparation and strategies to confront epistemic racism. Amefricanity is discussed as a key interpretive framework, and the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) and the Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) cooperation project is presented as a case of critical internationalization. The international circulation of Black, Indigenous, and Quilombola students is understood not merely as participation in global academic networks but as a political intervention that repositions historically marginalized trajectories at the core of scientific knowledge production.
Keywords: **Internationalization. Affirmative Action. Amefricanity. Decoloniality. Abdias do Nascimento Program.**

Introdução

São cinco horas da manhã e recebemos uma foto no grupo do aplicativo de mensagens. A foto é de um estudante de doutorado que, ao lado de sua família, aguarda no aeroporto o voo para a Cidade do México. O brilho nos sorrisos não é apenas individual, mas coletivo: traduz orgulho, sensação de realização e, sobretudo, a efetividade de uma política pública que conecta trajetórias pessoais com um projeto histórico de justiça racial. Essa imagem simples, mas potente, insere-se em um contexto de retomada das políticas de ações afirmativas no Brasil, após um período marcado por imobilismos, retrocessos e tentativas de golpe de Estado, entre 2019 e 2022. Nos últimos vinte anos, conquistas importantes foram alcançadas, como a aprovação da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), que ampliou o acesso de estudantes negros, indígenas e de escola pública às universidades, e sua recente renovação pela Lei 14.723/2023. Entretanto, o campo da internacionalização da pós-graduação permaneceu, em grande medida, como espaço reservado às elites. Nesse cenário, o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento[1] se destaca como uma política inédita, voltada para ampliar a circulação internacional de estudantes historicamente excluídos, inscrevendo-os no mapa global da ciência.

Mais do que uma experiência de mobilidade, essas políticas enfrentam o racismo epistêmico, isto é, a desvalorização sistemática dos saberes produzidos por sujeitos racializados e por epistemologias não hegemônicas. Como apontam autores decoloniais, a modernidade/colonialidade impôs hierarquias de conhecimento que marginalizaram saberes negros, indígenas e populares. Assim, pensar o acesso à internacionalização de pesquisadoras e pesquisadores negros, indígenas, quilombolas e pessoas trans significa disputar também os lugares de produção e circulação do conhecimento.

É nesse horizonte que se insere o conceito de amefricanidade, formulado por Lélia Gonzalez (1988), como chave interpretativa para compreender as experiências da diáspora negra e indígena nas Américas. A viagem de um estudante negro brasileiro para realizar doutorado sanduíche no México pode ser vista como reencontro amefricano. É uma ação potente que reconecta histórias interrompidas pela colonização e pela escravidão, um cruzo na diáspora em movimentos de afirmação, de pertencimento.

Esse artigo apresenta dados da primeira fase de implementação do projeto Cátedra Antonieta de Barros: Educação para a igualdade racial e o combate ao racismo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento da CAPES[2]. O projeto tem por objetivo promover estudos comparados (Brasil-México) de conhecimentos multidisciplinares para identificar e analisar ações, estratégias e políticas públicas interculturais na sociedade mexicana e brasileira. Através de um convênio entre a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) visam criar redes de cientistas que analisam políticas antirracistas na sociedade brasileira e me-

xicana. O projeto é desenvolvido pelos Programas de Pós-Graduação que integram a Cátedra Antonieta de Barros, pelo Programa de Pós-Graduação História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB e pelo Programa Universitario de Estudios de la Diversidad Cultural y la Interculturalidad da UNAM.

Neste artigo, propomos refletir sobre a internacionalização como prática de reparação histórica e de combate ao racismo epistêmico, inspirada em perspectivas do feminismo negro, da decolonialidade e da amefricanidade. Nos *cruzos* das narrativas, políticas e teorias, procuramos evidenciar a potência transformadora das ações afirmativas na internacionalização de trajetórias acadêmicas negras, indígenas e quilombolas na pós-graduação.

Ações afirmativas no Brasil: reparação e disputa

Em 1983, o então deputado federal Abdias Nascimento propôs um conjunto de políticas públicas de ação compensatória "visando à implantação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo Art. 153, para. 1º da Constituição da República" (Nascimento, 2013, p. 9). No Projeto de Lei nº 1.332/1983, destacavam-se propostas como a instituição de cotas para negros no ensino público e privado em todos os níveis, bem como no acesso ao emprego no setor privado e ao funcionalismo público; concessão de bolsas de estudo; garantia de remuneração igual para trabalho equivalente; inclusão da história e cultura africana e diaspórica nos currículos; oferta de cursos de orientação antirracista na formação policial; produção de dados desagregados pelo IBGE e pelo Ministério do Trabalho; e mecanismos de acompanhamento da execução das medidas em articulação com a sociedade civil.

Na esfera pública, as ações afirmativas no ensino superior brasileiro são resultado de longas lutas sociais e epistêmicas, e devem ser compreendidas não como concessões, mas como políticas de reparação e justiça. Esse processo histórico que não começa nos anos 1980 e 2000, pois vale mencionar que a resistência anticolonial começa no fundo das matas e vem junto na diáspora, se consolida no século XXI. E, com relação ao Estado, esse movimento "deve ser compreendido como uma resposta coerente e responsável do Estado brasileiro aos vários instrumentos jurídicos internacionais a que aderiu" (Nascimento, p.15, 2013), tais como a Convenção da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), de 1969, e, mais recentemente, ao Plano de Ação de Durban, resultante da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001. A Conferência de Durban (2001) denuncia o racismo estrutural e exige respostas dos estados.

A Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida em 1995, em Brasília, constituiu um marco importante para o reconhecimento do racismo em nosso país. A pressão popular e acadêmica da Marcha sobre o Governo Federal, resultou no "Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos", promovido pelo Ministério da

Justiça. Esse seminário teve o objetivo de debater o racismo e formular políticas de combate à discriminação racial, entre as quais, as ações afirmativas. Neste mesmo contexto as experiências pioneiras da UERJ e UNEB, em 2002, que se abre o caminho para a Lei 12.711/2012, posteriormente revisada e ampliada pela Lei 14.723/2023. A aprovação unânime da constitucionalidade das cotas pelo STF, em 2012 (ADPF 186), reforçou o entendimento de que a igualdade substantiva exige políticas efetivas de combate às iniquidades.

Um levantamento recente da FAPESP (Marques, 2025) mostrou que, apesar dos avanços nas últimas décadas, a diversidade racial entre mestres e doutores no Brasil permanece profundamente desigual. Em 2021, as pessoas brancas representavam cerca de 68,6% dos doutores e 62,9% dos mestres, índices que não refletem a composição racial do país. Esse dado revela que a pós-graduação, espaço historicamente elitizado, ainda reproduz barreiras estruturais de acesso. Ao discutir ações afirmativas na internacionalização da pós-graduação, é imprescindível considerar como tais desigualdades internas moldam e limitam quem tem condições de participar de programas de mobilidade, bolsas de estudo e redes acadêmicas globais.

Vale ressaltar que essas políticas se efetivaram somente porque outras políticas multidimensionais atuaram em consonância. A compreensão da pobreza numa perspectiva multidimensional foi o foco das políticas na transição entre a era FHC e os governos do Partido dos Trabalhadores. Em 500 anos de história, uma pessoa da classe trabalhadora havia chegado ao Palácio do Planalto e, com ele, uma massa crítica enorme que, juntos, construíram incansavelmente políticas que irão, anos depois, culminar na pressão para a inversão das disposições dos grupos na pirâmide social. Nesse caminho muitas pesquisas demonstraram mudanças substantivas promovidas por "gigantes políticos" como o Programa Bolsa Família (Dallmann; Lago, 2012).

Nesse caminho, as ações afirmativas avançam em meio à luta de classes e raça. Do ponto de vista jurídico e político, enfrentam resistências que apelam a um ideal abstrato de mérito, incompatível com uma sociedade racializada (Gomes, 2001). Do ponto de vista epistêmico, desafiam culturas de racismo epistêmico, que hierarquizam saberes e invisibilizam epistemologias negras, indígenas e populares. Sueli Carneiro (2005) alerta que a luta não é apenas pelo acesso, mas também pelo reconhecimento e pela transformação dos currículos, das metodologias e das narrativas acadêmicas.

Embora tenha havido crescimento na participação de pessoas pretas e pardas na pós-graduação entre 1996 e 2021, a sub-representação persiste, especialmente no caso dos povos indígenas, que somavam apenas 196 mestres e 54 doutores em 2021 (Marques, 2025). Esses dados evidenciam que o problema não se limita ao ingresso, mas também à permanência, conclusão e políticas de acolhimento. Ao pensar na internacionalização, o desafio se amplia, pois a baixa diversidade interna, bem como dificuldades econômicas, reduz as chances de que estudantes pretos, pardos e indígenas participem de intercâmbios acadêmicos e

programas de cooperação internacional, reforçando a exclusão em escala global.

Assim, a reparação não pode ser entendida apenas em termos de redistribuição de vagas, mas também como reconhecimento cultural e representatividade política efetiva (Fraser, 2002; Young, 1990). Trata-se de deslocar o lugar dos sujeitos racializados no interior das universidades e, por extensão, no próprio projeto de nação. Abdias Nascimento, nos anos 1980, falava em reparação como dívida histórica, as ações afirmativas na internacionalização da carreira acadêmica atualizam esse chamado.

O desafio contemporâneo é que, embora pretos, pardos, indígenas, quilombolas e estudantes de escola pública já representam mais de 50% do corpo discente das universidades federais, permanecem subrepresentados na pós-graduação, nos programas de internacionalização e nos espaços de prestígio acadêmico. Levantamento realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, organização social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)3 que analisou informações entre 1996 e 2021 revela que apenas cerca de 20% dos estudantes de mestrado ou doutorado são negros ou indígenas. Pretos representam apenas 4,1% dos mestres e 3,4% dos doutores, enquanto pardos somam 16,7% e 14,9%, respectivamente. Os indígenas representam apenas 0,23% das titulações no mestrado e 0,3% no doutorado.

É nesse contexto que o Programa Abdias Nascimento se torna estratégico, ele amplia o horizonte das ações afirmativas, deslocando a luta do acesso à graduação para a circulação internacional do conhecimento, tensionando os limites do racismo institucional e epistêmico.

Essa mesma perspectiva encontra ressonância na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que, ao aprovar em 2022 a Resolução Normativa 175, instituiu a Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional e deu origem à Cátedra Antonieta de Barros: Educação para a Igualdade Racial e o Combate ao Racismo. É sobre esse marco institucional, fundado em lutas coletivas, que se desenvolve nossa reflexão.

UFSC e o Enfrentamento ao Racismo Institucional

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem assumido, nas últimas décadas, papel de destaque na formulação e implementação de políticas de ações afirmativas. Entre 2002 e 2006, o Movimento Sindical da UFSC e o movimento negro local já discutiam a reserva de vagas para negros e indígenas, indicando a consonância com a pauta nacional. Mas, foi no Colóquio Pensamento Negro e Educação no Brasil, promovido pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN), realizado na UFSC em fevereiro de 2006, com participação significativa de pesquisadores/as e ativistas antirracistas reconhecidos/as nacionalmente, que a reitoria da universidade assumiu a responsabilidade de instituir uma comissão com a função de discutir a ampliação do acesso à UFSC com diversidade socioeconômica e étnico-racial (Passos, Chaves, Sayão, 2024).

Assim, em 2008, a UFSC passa a adotar a reserva de vagas por cotas na graduação para estudantes negros, indígenas, pessoas com deficiência e egressos de escola pública; em 2020, ampliou o sistema para a pós-

graduação; em 2022, aprovou vagas específicas para refugiados; e em 2023 consolidou a política de ingresso e permanência para pessoas trans, travestis e não binárias. E, por último, em 2025 revisou e ampliou a política de ações afirmativas para o ingresso de docentes e técnicos nos concursos e processos seletivos, além de publicar a revisão e ampliação da política de ações afirmativas para graduação. Isso revela que a UFSC não apenas acompanha marcos nacionais, mas também inova, antecipando e ampliando a agenda da equidade na Universidade Pública.

Nesse contexto, a aprovação da Resolução Normativa 175/2022/CUn/UFSC representa um marco institucional. Elaborada democraticamente, com forte protagonismo de docentes e servidores negros, movimentos negros, indígenas e quilombolas, a resolução instituiu a Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional, afirmando o compromisso da universidade com o combate ao racismo epistêmico, a ampliação das ações afirmativas e a produção de conhecimento comprometida com a justiça racial. Como bem observou Sueli Carneiro (2005), o racismo institucional não é um desvio, mas um modo de funcionamento das instituições; enfrentá-lo exige medidas estruturais e continuadas, como a que a UFSC se propôs a adotar.

Dessa resolução, e de muitas outras lutas sociais e acadêmicas, nasceu a Cátedra Antonieta de Barros: Educação para a Igualdade Racial e o Combate ao Racismo[4], coordenada pela vice-reitora, Profa. Dra. Joana Célia dos Passos e hoje faz parte do sistema de Cátedras da UNESCO. Trata-se de um espaço acadêmico e político que articula ensino, pesquisa, extensão e formulação de políticas públicas de forma interdisciplinar e interinstitucional, conectando a universidade e movimentos sociais e às lutas históricas contra o racismo. A escolha de Antonieta de Barros como referência não é apenas simbólica: sua trajetória como professora, jornalista e primeira deputada negra do Brasil reafirma a centralidade das mulheres negras na luta pela democratização da educação e da política no país.

Em 2024, a Cátedra enviou seu primeiro grupo de sete estudantes de diferentes programas de pós-graduação (Educação, Ciência da Informação, Interdisciplinar em Ciências Humanas, Direito e Antropologia) em mobilidade acadêmica internacional, por meio do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. Essa diversidade de áreas remete-nos a ideia de Nilma Lino Gomes (2018) de que as ações afirmativas configuram um projeto político-pedagógico, no qual não se trata apenas de garantir acesso, mas de transformar a cultura acadêmica e tensionar suas fronteiras epistêmicas.

> Não bastam apenas o reconhecimento e a vontade política para descolonizar a mente, a política, a cultura, os currículos e o conhecimento. Essa descolonização tem de ser acompanhada por uma ruptura epistemológica, política e social que se realiza também pela presença negra nos espaços de poder e decisão; nas estruturas acadêmicas; na cultura; na gestão da educação, da saúde e da justiça: ou seja, a descolonização, para ser concretizada, precisa alcançar não somente o campo da produção do conhecimento, como também as estruturas sociais e de poder (Gomes, 2018, p. 225-226).

O enfrentamento exige políticas de reconhecimento (Taylor, 1994), pois ação afirmativa não é significado de cota, exige reconhecimento público das identidades e saberes. Em diálogo com Gonzalez (1988), a presença da Cátedra no Programa Abdias pode ser lida como americana - como um espaço composto por epistemologias negras, indígenas e quilombolas com vistas à produção de políticas antirracistas. Assim, a UFSC afirma-se como uma das universidades brasileiras de maior protagonismo na construção de uma internacionalização crítica, situada e decolonial.

A criação da Cátedra Antonieta de Barros e a aprovação da Resolução 175/2022/CUn/UFSC inscrevem a UFSC em um movimento mais amplo de democratização do ensino superior brasileiro. No entanto, para além do nível institucional, é fundamental compreender como essas iniciativas se articulam com políticas nacionais de maior alcance, capazes de ampliar o impacto das ações afirmativas em escala global. É nesse horizonte que se destaca o Programa Abdias do Nascimento, política pública que, ao retomar a perspectiva da internacionalização, projeta a luta contra o racismo institucional para além das fronteiras nacionais, conectando o Brasil a redes acadêmicas internacionais antirracistas.

O Programa Abdias Nascimento: internacionalização como política afirmativa

O Programa de desenvolvimento acadêmico Abdias Nascimento, lançado pela primeira vez em 2013 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), representou uma inovação sem precedentes nas políticas de internacionalização da educação superior no Brasil. Diferentemente de outras iniciativas, historicamente voltadas para a elite acadêmica, o Abdias foi concebido como um programa de ações afirmativas voltado à mobilidade internacional de estudantes negros, indígenas, quilombolas, pessoas trans, pessoas com deficiência e oriundos de grupos historicamente marginalizados. Seu desenho institucional e político dialoga diretamente com as demandas históricas do movimento negro.

No entanto, o programa não teve continuidade linear. Após sua primeira edição, em 2013, foi interrompido durante o período de austeridade fiscal e retrocessos em políticas sociais, entre 2016 e 2022. Sua retomada, no governo democrático atual, se encontra com o mais recente debate de ações afirmativas no serviço público. Fator importante para o sucesso efetivo das políticas públicas.

A nova edição do Abdias reforça a importância do combate às desigualdades de gênero com a reserva de 50% das vagas para mulheres, em resposta a uma pauta histórica dos movimentos de mulheres negras e feministas. Essa especificidade reforça o caráter interseccional da política, aproximando-a das contribuições de Lélia Gonzalez, que já denunciava a dupla invisibilidade das mulheres negras, e Sueli Carneiro, que aponta para a centralidade das políticas de enegrecimento como forma de democratizar o espaço público e a produção acadêmica. Além do recorte de gênero, tem também como público estudantes indígenas, estu-

dantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Esse conjunto de possíveis beneficiários amplia a perspectiva da internacionalização e da produção científica também no campo da diversidade.

Nesse sentido, as reflexões de Nilma Lino Gomes (2017) ajudam a compreender a profundidade dessa política: ações afirmativas não se reduzem a mecanismos de acesso, mas compõem um projeto político-pedagógico de transformação da Universidade, em que novas presenças tensionam e reconfiguram o que se entende por conhecimento legítimo. Da mesma forma, Sueli Carneiro (2005) nos lembra que democratizar a ciência significa também descolonizar seus cânones, reconhecendo que epistemologias negras, indígenas e quilombolas são indispensáveis para a construção de uma sociedade com justiça social e racial. Assim, o Programa Abdias é uma política que amplia as fronteiras da ação afirmativa, ampliando o debate do acesso às universidades para a circulação internacional. Ele se solidifica como prática de reparação histórica e projeto de internacionalização decolonial.

Um estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) revela que, entre 2000 e 2023, a proporção de líderes pretos e pardos em grupos de pesquisa no Brasil praticamente triplicou, passando de 8,1% para 22,6% do total de coordenadores cadastrados no Diretório do CNPq. Embora o avanço seja significativo, permanece uma sub-representação, mesmo em regiões onde negros e pardos compõem maioria populacional, como Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esse dado evidencia que ações afirmativas, programas de cotas, expansão universitária e políticas públicas de reconhecimento racial têm efeitos importantes — mas que ainda há barreiras institucionais e culturais para a ascensão de pretos e pardos a posições de liderança acadêmica. Essa liderança é crucial para a internacionalização da pós-graduação, pois coordenadores de grupos de pesquisa têm influência sobre financiamento, redes de cooperação internacional, definição de agendas de pesquisa e oportunidades (IPEA, 2024).

A centralidade do Programa Abdias reside no seu potencial de reposicionar sujeitos historicamente excluídos na circulação global do conhecimento. Essa inserção internacional abre espaço para que trajetórias negras, indígenas e quilombolas se conectem a experiências de outros países, produzindo diálogos epistemológicos que deslocam a hegemonia eurocêntrica. É justamente nesse ponto que a reflexão de Lélia Gonzalez sobre a amefricanidade se torna fundamental: ao reconhecer as Américas como território de encontros, deslocamentos e resistências de povos negros e originários, Gonzalez nos convida a compreender a internacionalização não como ruptura, mas como reencontro diaspórico. Essa chave conceitual fundamenta nossa abordagem decolonial da internacionalização, dedicada a pensar esse processo de maneira situada e amefricana como horizonte político e epistêmico das ações afirmativas.

Internacionalização e ações afirmativas: uma viagem amefricana

A internacionalização acadêmica é, em geral, concebida sob os parâmetros da globalização neoliberal, marcada pela lógica da competitividade, dos rankings internacionais e pela circulação restrita de elites acadêmicas. Esse modelo reforça desigualdades, produz exclusões e, como alerta Sueli Carneiro (2005), opera dentro de um regime de racismo epistêmico, que desqualifica os saberes produzidos por sujeitos e coletividades racializadas.

O Programa Abdias Nascimento, ao ser retomado em 2022, desloca esse horizonte e permite pensar em uma internacionalização situada, que não busca simplesmente adequar-se aos padrões eurocêntricos de excelência, mas construir outras formas de circulação de conhecimento. Trata-se de uma perspectiva que reconhece a historicidade das desigualdades raciais no Brasil e na América Latina, e que busca enfrentá-las por meio da inserção ativa de negros, indígenas e quilombolas nos espaços globais de produção científica.

Nesse sentido, o conceito de amefricanidade, formulado por Lélia Gonzalez (1988), oferece uma chave fundamental. Para Gonzalez, as Américas devem ser lidas como território de encontros, resistências e reinvenções produzidas pelas populações negras e indígenas. A internacionalização, quando atravessada pelas ações afirmativas, pode ser entendida como reencontro diaspórico, não apenas deslocamento geográfico, mas atualização de laços históricos, culturais e epistêmicos que a colonialidade tentou interromper. Conforme Gonzalez (1988, p. 76), "As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo".

Assim, quando estudantes brasileiros negros e indígenas chegam à Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), não apenas ocupam um espaço acadêmico, mas se inscrevem em uma rede de resistência amefricana, conectando suas trajetórias a experiências semelhantes de povos afromexicanos e originários.

A experiência da cientista política cabo-verdiana Eurídice Monteiro lança luz sobre como a internacionalização acadêmica, embora vista como um caminho para democratizar o conhecimento, ainda pode reforçar desigualdades existentes. Monteiro denuncia que em redes globais de pesquisa, parceiros de países com menor infraestrutura acabam ocupando posições subalternas, fenômeno descrito como "pesquisa helicóptero" (Monteiro, p.08, 2023). De nossa parte, pensamos que o Programa Abdias se coloca do lado oposto disso, tendo como realidade a criação de parcerias acadêmicas Sul-Sul.

Esse processo também se relaciona com as reflexões de Patricia Hill Collins (2016) sobre a epistemologia do ponto de vista negro, ao destacar que os saberes produzidos a partir da experiência negra não são marginais, mas constituem epistemologias críticas capazes de transfor-

mar o cânone acadêmico e as realidades comunitárias. De modo convergente, Ochy Curiel (2009), ao discutir feminismos decoloniais latino-americanos, nos lembra que a descolonização do conhecimento passa pela valorização de experiências históricas, linguagens e saberes produzidos no Sul Global.

Assim, a internacionalização amefricana rompe com a noção de que mobilidade acadêmica deve significar assimilação a padrões eurocêntricos do "fazer pesquisa". Pelo contrário, trata-se de um movimento de insurgência epistêmica, no qual trajetórias historicamente subalternizadas afirmam sua centralidade na construção do futuro da ciência. Essa é a dimensão política e reparatória que atravessa o Programa Abdias e a Cátedra Antonieta de Barros.

Se a amefricanidade, como formulada por Lélia Gonzalez, nos permite compreender a internacionalização afirmativa como reencontro diaspórico e insurgência epistêmica, é no âmbito dos projetos institucionais que essa perspectiva ganha materialidade concreta. A rede entre a UFSC, a UNAM e a UFRB, articulada pela Cátedra Antonieta de Barros, constitui um exemplo prático desse movimento. Ao reunir pesquisadoras/es e estudantes de diferentes áreas em torno da análise das relações raciais e das políticas de ações afirmativas no Brasil e no México, esse projeto transforma o conceito em prática. Nosso projeto teceu redes acadêmicas amefricanas que não apenas produzem conhecimento, mas que também reconstroem vínculos históricos e projetam futuros comuns de resistência e justiça racial.

As relações transnacionais evidenciam a urgência de políticas públicas inclusivas nas várias experiências democráticas na América Latina. Desigualdades étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, de classe e de acessibilidade constituem desafios globais que exigem respostas científicas e socialmente orientadas. A promoção da diversidade nas instituições fortalece a qualidade acadêmica, e a construção de políticas públicas como demonstram universidades de referência internacional e sua incidência sobre a esfera pública (Viana; Sandim; Knop, 2024).

O Projeto Cátedra Antonieta de Barros UFSC–UNAM–UFRB: interculturalidade e redes antirracistas

A materialização da internacionalização amefricana encontra expressão concreta no projeto de cooperação entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no âmbito da Cátedra Antonieta de Barros. Nesse *ajeun,* a mistura da farinha de mandioca catarinense, o dendê baiano e o mezcal mexicano, é verdadeiro *padê* de caminhos e possibilidades desse cruzo acadêmico. O objetivo do convênio é promover a mobilidade de pesquisadores/as e desenvolver estudos comparados Brasil–México sobre ações afirmativas, relações raciais e interculturalidade, envolvendo estudantes de mestrado e doutorado, bem como docentes de ambas as universidades.

A proposta articula as seguintes dimensões principais: produção de conhecimento — realização de pesquisas sobre racismo, políticas

afirmativas e experiências educacionais de negros, indígenas e povos tradicionais no Brasil e no México; formação de pesquisadores — preparação de 56 novos mestres e doutores negros, indígenas e quilombolas, com previsão de defesa de 28 teses e 28 dissertações centradas no tema. Além disso, o projeto tem caráter interdisciplinar. Reúne programas de pós-graduação em Educação, Direito, Antropologia, História, Ciências Humanas, Ciência da Informação, além do Programa Universitario de Estudios de la Diversidad Cultural y la Interculturalidad (PUIC/UNAM) e do Programa de Pós-Graduação História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB. Essa diversidade de áreas reforça que a luta antirracista não se restringe a campos tradicionais das humanidades, mas atravessa toda a produção científica.

Além de seu impacto acadêmico, o projeto responde a desafios geopolíticos urgentes. Na região Sul do Brasil, por exemplo, a UFSC atua em um território onde foram identificadas, nos últimos anos, células neonazistas ativas. Nesse contexto, o convênio com a UNAM e a UFRB não é apenas científico, mas também político. Trata-se de construir redes internacionais de resistência ao racismo, ao fascismo e às violências coloniais. Como destaca Gonzalez (1988), a amefricanidade é prática e memória; aqui, ela se traduz em metodologias de pesquisa e em alianças acadêmicas que conectam povos afrodescendentes e originários de Abya Yala.

Se no Projeto UFSC–UNAM–UFRB a internacionalização crítica encontra forma concreta, é na escolha de suas metodologias que se revela sua dimensão mais radical, seu despachar do colonialismo. Ao articular perspectivas do feminismo negro, dos estudos decoloniais, pós-coloniais e da análise crítica do discurso, o projeto propõe não apenas novas perguntas de pesquisa, mas também novos modos de produzir ciência.

Metodologia e epistemologias para a igualdade racial e combate ao racismo

O feminismo negro, em autoras como Patricia Hill Collins (2016), Sueli Carneiro (2005) e Lélia Gonzalez (1988), propõe uma epistemologia do ponto de vista, em que o conhecimento produzido a partir das experiências negras e femininas não é visto como marginal ou secundário, mas como fonte legítima e indispensável de compreensão da realidade. Essa perspectiva rompe com o mito da neutralidade científica e reconhece que todo conhecimento é situado. Ao mobilizar o feminismo negro como referencial, o projeto reafirma que epistemologias negras e indígenas colocam em disputa os cânones acadêmicos.

Os estudos decoloniais, por sua vez, oferecem a crítica necessária à colonialidade do poder e do saber. Intelectuais como Ochy Curiel (2009) e Catherine Walsh (2010) destacam que a descolonização do conhecimento exige deslocar o eurocentrismo como parâmetro universal de verdade científica. No projeto, isso se traduz em práticas que combinam análises qualitativas e quantitativas, mas sempre articuladas a um horizonte político de compreensão do racismo não apenas como dado

social, mas como estrutura histórica e epistêmica que organiza desigualdades sustentando o capital. Já a análise crítica do discurso (Fairclough, 2001) aparece como ferramenta metodológica capaz de revelar as relações raciais, inscritas em documentos oficiais, políticas educacionais e práticas cotidianas de exclusão e afirmação. Quando articulada ao feminismo negro e aos estudos decoloniais, a análise do discurso deixa de ser mera técnica linguística para se tornar um instrumento político de denúncia e de construção de alternativas.

Produzir conhecimento é também intervir na realidade, fazendo o controle social da política pública, formulando e construindo junto políticas para a equidade racial e para o combate ao racismo. Despacha-se a divisão tradicional entre "objetividade" e "subjetividade", valorizando as narrativas, memórias, história oral e experiências como fontes legítimas de dados. Articula interdisciplinaridade de forma crítica, ao reunir diferentes áreas (Direito, Educação, Antropologia, Ciência da Informação, História) em torno de um mesmo compromisso ético-político. A adoção de uma perspectiva metodológica ancorada no feminismo negro, nos estudos decoloniais e na análise crítica do discurso evidencia que o projeto não se limita ao campo da reflexão teórica. Em outras palavras, a metodologia insurgente não apenas interpreta a realidade, mas também atua para transformá-la.

As viagens à UNAM realizadas pelos(as) bolsistas da primeira etapa do programa, já nos demonstraram qual o potencial e qual o legado ficará deste primeiro ciclo. A viagem simbólica de Antonieta e Abdias para o México foi o tema da nossa mesa no Seminário de Internacionalização na Pós-Graduação da UFSC em 2024. O objetivo foi apresentar seus informes de pesquisa, suas percepções sobre as relações étnico-raciais no México e suas recomendações para estudantes que gostariam de realizar este mesmo caminho.

Entre outubro de 2024 e março de 2025, os(as) sete bolsistas selecionados(as) pela equipe interdisciplinar de pesquisadores(as) da Cátedra, realizaram sua mobilidade acadêmica e o resultado desta experiência impacta social e academicamente suas trajetórias. Os temas pesquisados no âmbito do projeto geral da Cátedra foram diversos, mas conduzidos por um fio condutor comum a todos: as relações raciais no país Mexicano foram estudadas sob a perspectiva do feminismo afro-latinoamericano e Caribeño. Algumas das pesquisas versaram sobre a cobertura social e racial das políticas de transferência condicionada de renda, da construção da identidade negra a partir das experiências brasileira e mexicana, literatura infanto-juvenil, práticas pedagógicas antirracistas, o acesso à informação sob a ótica das teorias críticas negras.

O maior desafio epistemológico neste processo de amefricanizar nossas ferramentas de análise, levando em consideração os relatos dos estudantes que vivenciaram as dimensões de construção histórica da categoria negro no México, é o do reconhecimento social e acadêmico do negro afromexicano. Essa visão parcial somente pode ser desconstruída pelo grupo que vivenciou o cotidiano de lutas de vários movimentos sociais mexicanos, entre eles os movimentos afro-mexicanos que existem e questionam a sociedade e a Universidade.

Antonieta, Cruz e Sousa, Abdias, Lélia, Esú e um *padê* na mala

No campo acadêmico, o projeto contribui diretamente para a (trans) formação das trajetórias de setes estudantes, sendo cinco mulheres negras e dois homens negros. Esse dado é significativo não apenas pela quantidade, mas pelo caráter transformador das temáticas abordadas, todas vinculadas ao estudo das relações raciais, das ações afirmativas e da interculturalidade, como mencionado anteriormente. O desafio é fazer alcançar todos os públicos, objetivo quase totalmente alcançado nesta segunda etapa.

Do ponto de vista social, a mobilidade internacional de estudantes negros(as), indígenas e quilombolas têm efeito simbólico e prático. Simbólico porque rompe com o imaginário colonial que associa a circulação global do conhecimento às elites brancas e masculinas; prático porque cria condições de inserção desses sujeitos em redes internacionais de pesquisa, aumentando suas oportunidades de carreira e seu protagonismo em espaços decisórios. O depoimento a seguir, mantido no original em espanhol, reforça essa perspectiva:

> Participar en el doctorado con Movilidad Internacional del Programa Universitario de Estudios sobre la Diversidad Cultural y la Interculturalidad (PUIC) de la UNAM fue una experiencia profundamente enriquecedora a nivel cultural, personal e intelectual, que contribuyó significativamente a mi formación como investigadora y como mujer afrodescendiente de Brasil. La finalización de este proceso formativo destaca la contribución de los intercambios internacionales en la promoción de los estudios y la mejora de las investigaciones académicas. Para la formación del ser humano, es fundamental ampliar sus puntos de vista, mejorar su repertorio cultural y su visión del mundo. Destacó la riqueza de aprendizajes que ahora llevo conmigo, una acumulación de conocimientos que le da un nuevo significado a mi trayectoria. Esta experiencia, adquirida a lo largo del período de estudios, tiene un valor incalculable, que no puede ser comprado ni quitado por nadie. (Emanuele, 2025).

Como lembra Nilma Lino Gomes (2017), ações afirmativas não se esgotam no ingresso, mas se realizam plenamente quando fortalecem a permanência, o reconhecimento e a projeção social de estudantes e pesquisadores. Ao valorizar trajetórias individuais como parte de um projeto coletivo de justiça racial, o programa promove uma mobilidade insurgente, que transforma as próprias comunidades de origem dos estudantes.

A colonialidade é a política do poder colonial nas estruturas subjetivas de uma nação, violentando sua construção identitária e fixando a lógica colonial mesmo após o reconhecimento formal de seu fim (Gomes, 2018). Desse modo, na dimensão política, o projeto contribui para institucionalizar práticas de combate ao racismo no contexto do sul do Brasil. Além disso, a parceria internacional reforça a construção de redes amefricanas de resistência, pois a diáspora africana e os povos originários compartilham experiências de colonização e de luta na mesma matriz interseccional.

Portanto, os impactos do projeto dizem respeito à possibilidade de reconfigurar o espaço acadêmico e a esfera pública, deslocando quem produz conhecimento, sobre quais temas e a partir de quais referências. Como afirma Sueli Carneiro (2005), a luta contra o racismo epistêmico implica não apenas ocupar a Universidade, mas transformá-la. Nesse sentido, os efeitos do projeto se projetam para além das fronteiras da academia, alimentando movimentos sociais, redes de solidariedade e políticas públicas comprometidas com a reparação histórica e a justiça social.

A viagem amefricana de Abdias, Antonieta, Cruz e Sousa e Lélia, assentados como ancestrais divinizados na constelação intelectual de nossos pesquisadores e pesquisadoras, expressa os caminhos que *Esú* pode conduzir. Dele, que compõe o quadro filosófico iorubá e afro-latinoamericano, diz-se que matou o pássaro ontem com a pedra que atirou hoje. A bem da verdade lançou ontem uma ideia aos nossos mais velhos, que hoje florescem em novos (e nossos) caminhos. O *padê* para este filósofo contra-colonial, consiste naquilo que expressa sua saudação, *Laroiê!*, que significa aquele que fala todas as línguas. Vejamos então que cruzo se estabelece aqui. São a comunicação e a política dois ingredientes deste *padê*.

Considerações finais

O Programa Abdias Nascimento e a experiência da Cátedra Antonieta de Barros, demonstram que a internacionalização pode ser concebida como prática de reparação histórica, e não apenas como política acadêmica. Ao promover a mobilidade internacional de estudantes negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência ou altas habilidades, bem como pessoas trans, público adicionado pela Cátedra, essas iniciativas desarmam a estrutura elitista que historicamente marcou a circulação global do conhecimento acadêmico.

Nesse movimento, cada trajetória individual se converte em conquista coletiva, sob a luz do princípio filosófico Bantu. O embarque de um estudante negro em direção ao México, por exemplo, não representa apenas uma experiência acadêmica, mas o resultado de lutas ancestrais travadas por gerações que reivindicam reconhecimento e justiça. Como lembra Gomes (2017), as ações afirmativas devem ser entendidas como projeto político-pedagógico que ultrapassa o acesso e transforma a própria universidade, despachando o colonialismo persistente no cotidiano acadêmico. O mesmo se aplica às políticas afirmativas de internacionalização, elas são reencontro diaspórico, atualizado pelo conceito de amefricanidade de Lélia Gonzalez (1988), que conecta as Américas como território de resistência e reconstrução epistêmica.

Ao mesmo tempo, a internacionalização reparatória fortalece políticas institucionais e movimentos sociais. A criação da Cátedra Antonieta de Barros na UFSC, a retomada do Programa Abdias pela CAPES e a parceria com a UNAM e a UFRB revelam que a luta contra o racismo epistêmico exige articulação entre diferentes níveis: o sujeito individual, a instituição universitária, o Estado nacional e as redes internacionais. Trata-se, portanto, de uma estratégia de justiça cognitiva (Carneiro,

2005), que inscreve vozes historicamente silenciadas no centro da produção de saberes e tece uma rede antirracista global.

Conclui-se, assim, que a internacionalização afirmativa não apenas amplia oportunidades, mas reconfigura sentidos individuais e coletivos. Uma política afirmativa que atualiza a luta de Abdias Nascimento por reparação e de Antonieta de Barros por igualdade racial e educacional, projetando-as em novas gerações que atravessam fronteiras e constroem redes acadêmicas antirracistas. Mais que uma política pública, ela é uma semente para futuras gerações. Uma prova de que as trajetórias acadêmicas de pessoas negras, indígenas, quilombolas, trans e de outros grupos historicamente excluídos são não apenas possíveis, mas indispensáveis à construção de um conhecimento verdadeiramente plural e emancipador. Ações afirmativas na internacionalização, portanto, não devem ser vistas como exceção, mas como parte central de uma estratégia de justiça social e de fortalecimento da produção científica em uma perspectiva plural, antirracista e global.

Recebido em 06 de outubro de 2025
Aprovado em 18 de fevereiro de 2026

Notas

[1] Informações disponíveis em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-de-desenvolvimento-academico-abdias-nascimento. Acesso em: 22 set. 2025.

[2] O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, foi criado em 2013, sendo paralisado em 2022 e recriado em 2023 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), Ministério da Educação. O objetivo central do programa é estruturar e fortalecer a pós-graduação, com foco na mobilidade discente e docente internacional e no combate às desigualdades educacionais.

[3] Informações disponíveis em: https://noticiapreta.com.br/so-2-em-cada-10-alunos-de-mestrado-e-doutorado-no-brasil-sao-negros-ou-indigenas/. Acesso em: 22 set. 2025.

[4] A Cátedra UNESCO Antonieta de Barros, sediada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 2023, é um programa internacional focado na educação antirracista, combate ao racismo institucional e promoção da igualdade racial no ensino superior.

Referências

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2016.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2009. p. 93-106.

DALLMANN, João Matheus Acosta; LAGO, Mara Coelho de Souza. A importância da etnografia nas pesquisas interdisciplinares: uma abordagem para o estudo do Programa Bolsa Família em Florianópolis, SC. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 13, n. 103, p. 60-78, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. 2. ed. London: Longman, 2001.

FRASER, Nancy. **Redistribution or Recognition?** A Political-Philosophical Exchange. London: Verso, 2002.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. **Cadernos do CEJ**, v. 24, p. 86-123, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Autêntica, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

IPEA. **A participação de líderes negros nos grupos de pesquisa no Brasil**: um panorama por grande área do conhecimento de 2000 a 2023. Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade – IPEA, 18 dez. 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/todas-as-publicacoes/publicacoes/463-a-lideranca-negra-nos-grupos-de-pesquisa-no-brasil-2. Acesso em: 22 set. 2025.

MARQUES, Fabrício. Levantamento analisa diversidade racial entre mestres e doutores. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 355, set. 2025. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/levantamento-analisa-diversidade-racial-entre-mestres-e-doutores/. Acesso em: 22 set. 2025.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abdias Nascimento e as políticas afirmativas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 9-19, jul./dez. 2013. Disponível em: https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/56/105. Acesso em: 22 set. 2025.

PASSOS, Joana Célia dos; CHAVES, Leslie Sedrez.; SAYÃO, Marilise Luiza Martins dos Reis. Políticas de ações afirmativas na UFSC: avanços rumo ao enfrentamento do racismo institucional e à equidade racial. **Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas-BA: Laboratório de Edição Fábrica de Letras – UNEB, v. 14, n. 3, p. 163-192, 2025. Disponível em: https://revistas.uneb.br/pontosdeint/article/view/v14n3p163. Acesso em: 22 set. 2025.

TAYLOR, Charles. The Politics of Recognition. In: GUTMANN, Amy (Ed.). **Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition**. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 25-74.

VIANA, Rafael; SANDIM, Tatiana Lemos; KNOP, Márcia (Org.). **Guia diversidade no setor público**: a construção cotidiana de uma gestão inclusiva. Brasília: ENAP, 2024. 92 p. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8074. Acesso em: 29 set. 2025.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

João Matheus Acosta Dallmann é Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018) e docente desde 2018 no Departamento de Ciências Médicas no Campus UFSC Araranguá. Líder do ÌLERA - Grupo de Pesquisa e Extensão Antirracista em Saúde, coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Latino-Americanos, dos Povos Originários e Quilombolas da UFSC Araranguá. Coordenador do Eixo Educação e Saúde Antirracista e diretor executivo da Cátedra Antonieta de Barros: Educação para Igualdade Racial e Combate ao Racismo, vinculada à UNESCO. Associado à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), membro do eixo de saúde da população negra.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2108-8147
E-mail: acostadallmann@gmail.com

Joana Celia dos Passos é Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordena a Cátedra UNESCO em Educação para Igualdade Racial e a Cátedra Antonieta de Barros: educação para igualdade racial e combate ao racismo (UFSC). É membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República (CDESS), da Red Interuniversitaria Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendentes en América Latina (RED ESIAL) e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). É também membro do Comitê Científico do Centro de Estudos da Sociedade, Universidade e Ciência (SOU Ciência). Desenvolve pesquisas em Educação e Relações Raciais e ações afirmativas, com foco na população negra.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9946-7900
E-mail: passos.jc@gmail.com

Disponibilidade dos dados da pesquisa: o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está publicado no próprio artigo.

Editora responsável: Iara Tatiana Bonin